

# Câmbio livre até segunda ordem

Carlos Eduardo - 15/1/99

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA - A taxa de câmbio poderá flutuar livremente, mas o Banco Central não deixará o mercado à deriva. Hoje, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, dará novo impulso ao programa de privatizações. Ele convocou uma reunião do Conselho Nacional de Desestatização, que presidirá pessoalmente. O presidente da Câmara, deputado Michel Temer, deverá também convocar extraordinariamente o Congresso durante o fim de semana para avançar nas votações da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e na instituição da contribuição previdenciária para os funcionários públicos inativos.

O governo vai breicar, nos próximos meses, qualquer tentativa de indexação da economia para evitar que a desvalorização represente uma retomada do processo inflacionário. Isso pressupõe que, dificilmente, o Comitê de Política Monetária (Copom) aprovará uma queda importante das taxas de juros na reunião do dia 27 próximo.

**Consulta em Washington** - Em ritmo frenético de reação à crise que levou o Banco Central a soltar o câmbio na sexta-feira, a decisão do governo foi de, já no sábado último, optar pelo regime de livre câmbio, depois de conversas do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Francisco Lopes, com autoridades do governo americano e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O presidente Fernando Henrique Cardoso, também em reunião com os ministros das Comunicações, Pimenta da Veiga, da Saúde, José Serra, e da Educação, Paulo Renato de Souza, discutiu o assunto e deixou clara a opção feita para a abertura dos mercados hoje.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, confirmou que a tendência é mesmo de adotar a livre flutuação a partir da abertura dos mercados, hoje pela manhã, mas acentuou que ao longo do dia e noite de ontem o tema continuava em discussão aqui e em Washington.

A variação do real frente ao dólar americano será determinada pelo mercado, mas o Banco Central continuará tendo o poder de intervir nos mercados de forma mais aleatória, dispondo de uma banda larga em mente, não explicitada, a partir da qual entrará vendendo ou comprando dólar. É o que se chama de *dirty float*, ou flutuação suja, que deixa o mercado sem conhecer piso e teto, o que afastaria a tentação de deixar o BC no *corner* sempre apostando no teto da banda cambial. A sobrevivência dessa nova política cambial, que marca o efetivo começo do segundo mandato do presidente da República, estará ligada umbilicalmente aos progressos na execução do ajuste fiscal.

Do lado do FMI, que em outubro do ano passado, durante a negociação do acordo com o Brasil, insistiu sem qualquer sigilo na desvalorização do real, não há razão para negar uma renegociação do acordo. O que não fica compreensível, hoje, é porque o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central na época, Gustavo Franco, foram tão frontalmente contra qualquer conversa nessa direção.

**Privatizar mais** - Hoje Fernando Henrique comandará, pela primeira vez, a reunião do Conselho de Desestatização, à tarde, no Palácio do

Planalto, para dar uma determinação clara aos seus ministros: é preciso acelerar, sem receio, a venda das empresas estatais de energia elétrica e de saneamento (estas, dos estados e municípios). Para dar suporte legal à venda das empresas de saneamento básico, é preciso ainda ter a regulamentação desse segmento e o governo federal pretende colocar sua força "para deslindar essa questão", segundo Parente. Participarão dessa reunião os ministros do Desenvolvimento, Celso Lafer, das Minas e Energia, Rodolfo Tourinho, da Casa Civil, Clóvis Carvalho, do Planejamento, Paulo Paiva, e o presidente do BNDES, Pio Borges.

Imprimir velocidade no cronograma de privatização é uma forma, agora, de não só atrair capitais estrangeiros para o país, mas de o Tesouro Nacional fazer caixa e conseguir cumprir as metas de redução do déficit público. Essas metas, obviamente, terão que ser renegociadas com o FMI, já que o que interessa para eles, realmente, é a performance do déficit público no seu conceito mais amplo, o nominal, que foi fortemente afetado pela desvalorização do real. O déficit nominal - que pelo acordo com o Fundo teria que ficar em R\$ 17,14 bilhões em março próximo - representa as necessidades de financiamento do setor público federal, estadual e municipal, corrigido pela inflação e pela taxa de câmbio (nas dívidas em dólar). Nesses cálculos, as privatizações contribuiriam com receitas de R\$ 20 bilhões este ano.

**Ponto de equilíbrio** - Com a desvalorização do real, o déficit nominal aumentará, mas ainda não se sabe quanto - porque a taxa de câmbio pode não ter encontrado seu ponto de equilíbrio na sexta-feira - e porque, com espaço para baixar os juros, haverá uma compensação entre ganhos e perdas fiscais.

Antes da reunião do Conselho de Desestatização, o presidente da República irá, pela manhã, à inauguração da fábrica de automóveis Audi, em São José dos Pinhais, no Paraná. Retornando a Brasília, terá um encontro com os presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Senado, Antônio Carlos Magalhães.

Os três vão acertar o novo ritmo de votações do pacote do ajuste fiscal e, depois, falarão com os jornalistas para comunicar o que decidiram. Há fatos concretos e simbolismo nessa entrevista: Executivo e Congresso vão mostrar "união" para enfrentar a situação, de forma realista e, quem sabe, suprapartidária.

O recuo do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, que ontem comunicou que vai levar a questão dos pagamentos da dívida reestruturada para a Justiça - com os depósitos, portanto, ocorrendo pela via judicial -, foi uma boa notícia para o governo. Até porque hoje o Tesouro Nacional tem acesso a esses depósitos, o que, do ponto de vista fiscal, é indiferente.

**Dias de forte tensão** - Quem esteve com o presidente da República diariamente nos dias dramáticos da semana passada até ontem garante que ele esteve muito tenso mas, agora, está "aliviado" e acreditando que o mercado já está "maduro" para operar com taxas de câmbio livres, desde que, é claro, governo e congresso viabilizem o acerto das contas do setor público o mais rápido possível.



O ministro Pedro Malan continua em Washington: confiança na liberação de parcela